

Apresentação de Contas 2024



Conclusões

Concluímos que, ao longo da implementação do plano de atividades, tornou-se evidente a importância de estabelecer metas claras e objetivos mensuráveis para garantir o sucesso das ações desenvolvidas. Além disso, a definição de responsáveis e prazos para a execução das atividades revelou-se essencial para manter a equipa alinhada e comprometida.

A colaboração e a comunicação contínua entre os membros das diversas equipas das respostas sociais foram determinantes para assegurar a concretização das iniciativas. Paralelamente, a avaliação periódica dos resultados e a realização de ajustes sempre que necessário contribuíram significativamente para o cumprimento dos objetivos estabelecidos.

Por fim, a revisão e atualização constante do plano de atividades demonstraram ser fatores fundamentais para acompanhar as mudanças no ambiente externo e garantir a eficácia das ações propostas. O comprometimento e o trabalho em equipa permitiram alcançar os resultados esperados, fortalecendo a organização, melhorando a qualidade dos serviços prestados e reforçando a sua imagem junto da comunidade.



Outras Atividades

Ao longo do ano de 2024, a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã participou e organizou diversos eventos, alguns com o objetivo de angariar fundos e outros destinados à divulgação das atividades e serviços prestados pela instituição.

Destacam-se, em particular, as celebrações do aniversário da Misericórdia, que incluíram a inauguração do Espaço Museológico. Este momento solene contou com a presença da Secretária de Estado da Cultura, Dr.ª Lurdes Craveiro, bem como com visitas guiadas destinadas a irmãos, colaboradores e parceiros da instituição.

Entre outros eventos relevantes, salientam-se o Recital de Natal, com atuação de flauta na Igreja da Misericórdia, e a reunião do Secretariado Regional de Lisboa da União das Misericórdias Portuguesas, reforçando a ligação da instituição com a comunidade e entidades parceiras.



Culto e Cultura

Igreja da Misericórdia

A Igreja da Misericórdia da Lourinhã, localizada no centro da vila, é um edifício histórico de grande relevância cultural. Integrada no complexo da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, a igreja possui uma inscrição datada de 1626 no tímpano da sua fachada principal. O retábulo do altar-mor, a tribuna dos mesários e a Capela do Senhor dos Passos, em talha dourada barroca, são elementos distintivos do século XVIII.

Atualmente, o espaço é utilizado para celebrações litúrgicas, incluindo uma eucaristia mensal, bem como para concertos e comemorações específicas da instituição. Além disso, está integrado no roteiro de visitas do Espaço Museológico da Misericórdia, permitindo aos visitantes conhecer o seu valor patrimonial e artístico.

Irmandade dos Senhor dos Passos

Organização da procissão do Senhor dos Passos e Procissão Enterro do Senhor

Espaço Museológico da Misericórdia da Lourinhã

O Espaço Museológico da Misericórdia da Lourinhã, foi inaugurado a 23 de julho de 2024, e abriu ao público a 1 de agosto do mesmo ano. Este espaço é um local dedicado à preservação e valorização do património histórico, religioso e artístico associado à Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, permitindo aos visitantes uma imersão na história da instituição, cuja fundação remonta ao século XVI, e no seu impacto social e cultural ao longo dos séculos.

O museu apresenta um acervo diversificado, composto por peças de arte sacra, documentos históricos, paramentos litúrgicos e elementos de talha dourada barroca, destacando-se as pinturas do Mestre da Lourinhã e de Lourenço de Salzedo.

Além da exposição permanente, o espaço acolhe eventos culturais, concertos, visitas guiadas e atividades pedagógicas, contribuindo para a dinamização cultural da região. O Espaço Museológico da Misericórdia da Lourinhã é, assim, um convite à descoberta da história, arte e fé que marcaram a identidade local.

Família e Comunidade

O apoio alimentar realizado pela Misericórdia da Lourinhã enquadra-se em duas tipologias:

Distribuição de géneros alimentícios, secos e frescos, no âmbito do POAPMC - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, em parceria com a Câmara Municipal da Lourinhã e o Banco Alimentar Contra a Fome de Lisboa. Este programa visa garantir o acesso a bens alimentares essenciais a famílias em situação de vulnerabilidade económica, promovendo a sua segurança alimentar e nutricional.

Distribuição/fornecimento de refeições confeccionadas a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas. Estas refeições são preparadas de acordo com normas de qualidade e segurança alimentar, garantindo um aporte nutricional adequado. Este serviço tem um impacto direto na melhoria das condições de vida dos beneficiários, especialmente idosos, pessoas com incapacidade e famílias em risco de exclusão social.

Quadro Síntese



Área Idosos

As respostas sociais na área dos idosos estão distribuídas por três equipamentos: o Lar da Misericórdia da Lourinhã, o Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã – Seixal, e a Academia Sénior.

No âmbito da área dos idosos, procedeu-se à reorganização da equipa e das respostas sociais, concentrando num único equipamento os serviços de Centro de Dia e Apoio Domiciliário. Paralelamente, a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI) também sofreu uma reestruturação, incluindo a revisão das metodologias de trabalho, sempre com o objetivo de garantir uma prestação de serviços de maior qualidade.

No final de 2023, iniciaram-se as obras de requalificação do equipamento ERPI, no âmbito de uma candidatura ao programa PARES 3.0, com uma previsão de duração de 16 meses. Estas intervenções incluem a renovação das instalações sanitárias, dos pisos e das áreas comuns, garantindo o cumprimento da legislação sobre acessibilidades. Até ao momento, foram concluídas duas alas, correspondendo a 18 quartos, assim como a zona da lavandaria.

O Centro de Convívio, denominado Academia Sénior, funciona através da dinamização de aulas em diversas áreas, lecionadas por voluntários. O espaço foi cedido pela autarquia até junho de 2024 e, atualmente, as atividades decorrem em diferentes locais distribuídos pela vila da Lourinhã. Encontra-se em curso a remodelação de um novo espaço, cuja renda será assegurada pela autarquia.

Quadro Síntese



Áreas Infância e Juventude

Na área de intervenção de infância e juventude, a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã desenvolve quatro respostas sociais, com acordo de cooperação com o Instituto da Segurança Social (ISS, IP), Centro Distrital de Lisboa, e uma resposta de âmbito privado. Estas respostas estão distribuídas por três edificações/equipamentos, sendo que dois deles se situam na União das Freguesias da Lourinhã e Atalaia, e o outro na freguesia do Reguengo Grande.

Durante o ano civil, foram realizadas e cumpridas as metas estabelecidas nos Projetos Pedagógicos e Curriculares de Grupo, bem como as atividades gerais planeadas para a área da infância e juventude, incluindo a comemoração de datas festivas e reuniões com os encarregados de educação.

Destaca-se que, em 2024, houve um aumento na capacidade e frequência das respostas sociais de creche, resultante da candidatura aprovada ao abrigo da legislação de gratuidade para esta resposta social. Este aumento traduziu-se em mais 6 crianças na Creche da Lourinhã e 8 crianças na Creche do Reguengo Grande.

A resposta social de intervenção precoce também tem registado um aumento significativo nos apoios prestados pela equipa multidisciplinar. No entanto, a revisão do acordo de cooperação para o aumento da capacidade e do número de crianças abrangidas foi recentemente negada.

Adicionalmente, o serviço de Centro de Estudos de âmbito privado também observou um aumento na sua frequência, em parte devido ao encerramento da resposta social de CATL (Centro de Atividades de Tempos Livres). Atualmente, o Centro de Estudos abrange serviços para os 1º, 2º e 3º ciclos, respondendo assim à crescente procura por apoio educativo na comunidade.

Quadro Síntese



Caracterização Institucional

As origens históricas da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã remontam a 15 de agosto de 1498, data da Assunção da Senhora, embora tenha sido oficialmente instituída a **23 de julho de 1586**, por Provisão Régia de D. Felipe II de Portugal e Espanha, a requerimento dos Oficiais da Câmara da Vila da Lourinhã.

Atualmente, a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), desenvolve a sua atividade no concelho da Lourinhã, através de seis equipamentos que oferecem respostas e serviços nas áreas da infância e juventude, idosos, comunidade e família, e saúde. A instituição mantém também protocolos de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais para o Programa de Emergência Alimentar, do Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC) e com o Banco Alimentar Contra a Fome. Estes serviços prestam apoio a cerca de 875 indivíduos e a instituição conta com 136 colaboradores.

Além disso, em 2024, foi inaugurado o espaço museológico da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, que visa preservar e divulgar a história e o património da instituição, promovendo o conhecimento e a valorização da sua contribuição ao longo dos séculos para a comunidade local. Este novo espaço representa um importante marco cultural, enriquecendo a oferta de serviços e atividades da Misericórdia, ao mesmo tempo que reforça o seu compromisso com a preservação da sua memória histórica.





Mensagem da Mesa Administrativa

É com o compromisso de transparência e responsabilidade que apresentamos, de forma detalhada, o Relatório de Atividades e Contas do exercício de 2024, no qual constam as receitas e despesas referentes ao ano em análise.

Embora os resultados deste exercício apresentem um défice, é importante sublinhar que tal se deve aos desafios financeiros que temos vindo a enfrentar ao longo dos últimos anos. Embora não tenha havido um aumento significativo desses desafios, também não houve uma redução substancial.

No que respeita às despesas, destaca-se o impacto do aumento do custo de vida, que resultou no encarecimento dos bens essenciais, na subida dos impostos, e no aumento do ordenado mínimo. Apesar dos esforços para aumentar as receitas, nomeadamente com a participação da Misericórdia nas Tasquinhas da Lourinhã, no Mercado de Natal e Feira de maio do Reguengo Grande, realização de Festas na área da infância e idosos, na revisão de mensalidades e valores dos serviços prestados aos utentes, aumento do serviço de Centro de Estudos de âmbito privado/lucrativo, para o 1º, 2º e 3º ciclos, aumento de capacidade das salas existentes de creche, abertura do espaço Museológico da Misericórdia, ainda enfrentamos dificuldades em cobrir as despesas associadas às atividades da instituição, bem como à manutenção dos nossos edifícios e da frota automóvel.

Em 2024, iniciámos também um processo de reorganização dos serviços e das equipas, implementando novas metodologias de trabalho, com o objetivo de garantir uma gestão mais eficiente dos nossos recursos.

Apesar das dificuldades, continuamos a trabalhar com empenho e dedicação para cumprir a nossa missão de apoio aos mais necessitados, procurando manter sempre a qualidade dos serviços prestados e o nosso compromisso com a comunidade.

Agradecemos a todos os colaboradores, parceiros e voluntários que, com o seu trabalho e empenho, contribuíram para os resultados alcançados em 2024. Contamos com o apoio de todos para superar os desafios que se nos colocam e continuar a servir a comunidade com dignidade e responsabilidade.

A Mesa Administrativa
Nelson Lopes Aguiar
Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã

[Handwritten signatures: Nelson Lopes Aguiar, Sholaxane, Suil]

Handwritten signature and initials in the top right corner.

Índice

Mensagem da Mesa Administrativa3

Caracterização Institucional4

Áreas Infância e Juventude5

Área Idosos6

Família e Comunidade7

Culto e Cultura8

Outras Atividades9

Conclusões10

Apresentação de Contas 202411

Balço0

Demonstração de Resultados Geral1

Demonstração de Resultados | Idosos2

Demonstração de Resultados | Infância3

Demonstração de Resultados | Outras4

Parecer do Conselho Fiscal0



Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia Geral da
Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã

Lourinhã, 31 de março de 2025

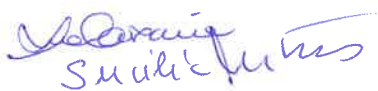
A Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, em cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação e aprovação de V. Exa. e demais irmãos o Relatório e Contas de Gerência relativo ao exercício de 2024.

Mais do que uma simples apresentação de resultados, destacamos o esforço contínuo de alinhar as nossas ações com os objetivos estratégicos previamente definidos. É importante realçar o empenho de todos os colaboradores e órgãos sociais na concretização desses objetivos no dia-a-dia desta instituição.

Apresentamos os nossos melhores cumprimentos,

A Mesa Administrativa

Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã


Vanda Oliveira
Teresa Luis Luzia Aguiar J e S



Aprovado em Assembleia
geral no dia 31 de Março
2025

Afidante

[Signature]
[Signature]
[Signature]

RELATÓRIO DE ATIVIDADES APRESENTAÇÃO DE CONTAS 2024

Assembleia Gera | 31 de março de 2025

Balço

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2024	31 DEZ 2023
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2 181 813,81	2 004 830,37
Bens do património histórico e artístico e cultural		1 011 753,88	1 011 753,88
Ativos intangíveis		6 850,36	14 639,58
Investimentos financeiros		13 448,19	13 198,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		3 213 866,24	3 044 422,02
Ativo corrente			
Inventários		24 685,26	14 140,94
Créditos a receber		43 889,48	31 148,86
Estado e outros entes públicos		7 633,81	14 689,12
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		0,00	0,00
Outros ativos correntes		272 646,12	133 232,28
Caixa e depósitos bancários		20 742,62	85 288,54
		369 597,29	278 499,74
Total do ativo		3 583 463,53	3 322 921,76
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		91 576,84	91 576,84
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		-1 092 991,60	-898 151,17
Excedentes de revalorização		566 812,30	566 812,30
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		2 403 541,38	2 204 589,25
		1 968 938,92	1 964 827,22
Resultado líquido do período		-148 126,88	-194 840,43
Total dos fundos patrimoniais		1 820 812,24	1 769 986,79
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		501 751,71	469 755,68
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		501 751,71	469 755,68
Passivo corrente			
Fornecedores		332 900,08	307 233,77
Estado e outros entes públicos		264 913,03	151 638,33
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		180 995,37	220 000,00
Diferimentos		0,00	34 113,56
Outros passivos correntes		482 091,10	370 193,63
		1 260 899,58	1 083 179,29
Total do passivo		1 762 651,29	1 552 934,97
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 583 463,53	3 322 921,76

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Demonstração de Resultados Geral

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		3 030 639,99	2 678 980,43
Subsídios, doações e legados à exploração		113 487,96	183 389,04
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-178 051,67	-251 322,88
Fornecimentos e serviços externos		-461 566,49	-477 946,12
Gastos com o pessoal		-2 794 240,75	-2 491 869,42
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		301 328,40	307 167,62
Outros gastos		-16 237,67	-29 500,75
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-4 640,23	-81 102,08
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-94 978,62	-86 717,10
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-99 618,85	-167 819,18
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-48 507,83	-27 021,25
Resultados antes de impostos		-148 126,68	-194 840,43
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-148 126,68	-194 840,43

MC
JL
JC
LH

Demonstração de Resultados | Idosos

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		1 581 539,20	1 361 276,95
Subsídios, doações e legados à exploração		37 001,08	124 298,18
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-115 418,97	-215 883,11
Fornecimentos e serviços externos		-224 254,00	-178 352,52
Gastos com o pessoal		-1 373 496,12	-1 209 238,69
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		56 102,20	249 741,75
Outros gastos		-13 264,79	-22 658,26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-51 791,40	109 184,30
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-73 212,21	-77 637,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-125 003,61	31 546,99
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-19 734,79	-14 596,45
Resultados antes de impostos		-144 738,40	16 950,54
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-144 738,40	16 950,54

Demonstração de Resultados | Infância

RENDIMENTOS E GASTOS		PERÍODOS	
		2024	2023
	NOTAS		
Vendas e serviços prestados		1 299 337,14	1 150 458,60
Subsídios, doações e legados à exploração		36 605,03	33 238,25
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-49 846,67	-35 188,16
Fornecimentos e serviços externos		-138 368,56	-178 478,97
Gastos com o pessoal		-1 387 323,77	-1 282 630,73
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		89 785,87	9 898,61
Outros gastos		-1 599,57	-5 466,24
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-151 410,53	-308 168,64
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-17 403,72	-7 189,96
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-168 814,25	-315 358,60
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-28 772,98	-12 424,80
Resultados antes de impostos		-197 587,23	-327 783,40
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-197 587,23	-327 783,40

Demonstração de Resultados | Outras

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2024	2023
Vendas e serviços prestados		149 763,65	167 244,88
Subsídios, doações e legados à exploração		39 881,85	25 852,61
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-12 786,03	-251,61
Fornecimentos e serviços externos		-98 943,93	-121 114,63
Gastos com o pessoal		-33 420,86	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		155 440,33	47 527,26
Outros gastos		-1 373,31	-1 376,25
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		198 561,70	117 882,26
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-4 362,69	-1 889,83
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		194 199,01	115 992,43
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		-0,06	0,00
Resultados antes de impostos		194 198,95	115 992,43
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		194 198,95	115 992,43

ok ml
24/04/19

Parecer do Conselho Fiscal



Santa Casa da Misericórdia de Lourinhã	 Santa Casa da Misericórdia de Lourinhã
Parecer do Conselho Fiscal 2024	

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, reunido em sessão Ordinária no dia 28 de março de 2025, deliberou, nos termos do ponto 1, alínea a) do artigo 31º do respetivo Compromisso, emitir o seu parecer sobre as contas de gerência respeitantes ao ano de 2024.

Constata-se, e sentimos a obrigação de comunicar à Assembleia, que a contabilidade desta Instituição continua a estar muito bem organizada e seguindo as regras exigidas.

Verificou-se que foram extraídos mensalmente balancetes e juntos os respetivos extratos de contas. Verificamos também que as contas foram verificadas por um Revisor Oficial de Contas, tendo-nos sido facultados a Declaração do Órgão de Gestão.

Todas as receitas e despesas encontram-se devidamente documentadas, achando-se os respetivos documentos arquivados em pastas próprias e de fácil consulta.

O Conselho Fiscal informa que o saldo apresentado nos respetivos balancetes e mapas, é transparente e elucidativo.

Pelos fatos acima expostos, o Conselho Fiscal propõe à Assembleia que o relatório e as contas apresentadas, sejam aprovadas.

O Conselho Fiscal propõe à Assembleia, um voto de louvor à mesa e também a todos os funcionários desta Instituição, pelo empenho e dedicação demonstrado no seu trabalho.

O Conselho Fiscal,





M. J. C.
S. J. C.
S. J. C.



Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã

Anexo

31 de dezembro de 2024

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	4
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	6
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	16
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	16
6	Ativos Intangíveis	18
7	Ativos não correntes detidos para venda	19
8	Custos de Empréstimos Obtidos	19
9	Inventários	19
10	Rédito	20
9	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
11	Subsídios do Governo e apoios do Governo	20
12	Imposto sobre o Rendimento	21
13	Benefícios dos empregados	21
14	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	22
15	Outras Informações.....	22
15.1	Investimentos Financeiros	22
15.3	Clientes e Utentes	22
15.4	Outras contas a receber	22
15.5	Diferimentos	23
15.7	Caixa e Depósitos Bancários	23
15.8	Fundos Patrimoniais.....	23
15.9	Fornecedores	23
15.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	23
15.11	Outras Contas a Pagar.....	24
15.13	Subsídios, doações e legados à exploração	24
15.14	Fornecimentos e serviços externos.....	24
15.15	Outros rendimentos.....	25
15.16	Outros gastos	25
15.17	Resultados Financeiros.....	25
15.18	Acontecimentos após data de Balanço.....	26

1 Identificação da Entidade

A Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, com sede no Largo Mestre Anacleto Marcos da Silva, 2530-124 Lourinhã, é uma pessoa coletiva devidamente registada, a título definitivo, na Direção-Geral da Segurança Social desde o dia 2 de outubro de 1984. O respetivo registo consta no Livro 01 das Irmandades da Misericórdia, sob o n.º 18/84, nas folhas 172 e respetivo verso, em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento de Registo das Instituições Particulares de Solidariedade Social, aprovado pela Portaria n.º 139/2007, de 29 de janeiro.

Atualmente, a Santa Casa da Misericórdia da Lourinhã, enquanto Instituição Particular de Solidariedade Social, desenvolve a sua atividade no concelho da Lourinhã através de seis equipamentos, oferecendo respostas e serviços nas áreas da infância e juventude, pessoas idosas, comunidade e família, e saúde.

A Instituição mantém, igualmente, protocolos de colaboração no âmbito da Convenção da Rede Solidária de Cantinas Sociais, no Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC), bem como com o Banco Alimentar Contra a Fome.

Apoia atualmente cerca de 875 indivíduos e conta com uma equipa de 136 colaboradores.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2024 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho. No anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

2.1 Disposições do SNC que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Não se verificaram, no decorrer do período a que respeitam as demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista na NCRF-ESNL.

2.2 Contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período findo em 31 de dezembro de 2024.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.2 Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir

consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.

3.1.5 Materialidade

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.6 Fiabilidade

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

3.1.7 Representação Fidedigna

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretende relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante mensurar todos os valores recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmem segurança na hora da tomada de decisão.

3.1.8 Substância sobre a forma



Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

3.1.9 Neutralidade

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

3.1.10 Prudência

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras. Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

3.1.11 Plenitude

A informação é fiável quando nas demonstrações financeiras respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

3.1.12 Comparabilidade

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa ou seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

São registadas como gastos do período as “Despesas de investigação” incorridas com novos conhecimentos técnicos.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas sempre que a Entidade demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e dar início à sua comercialização ou utilização e para as quais seja provável gerar benefícios económicos futuros. Caso não sejam cumpridos estes critérios, são registados como gastos do período.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3 - 4
Outros Ativos Intangíveis	3 - 4

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50 anos
Equipamento básico	8 a 20 anos
Equipamento de transporte	4 a 8 anos
Equipamento administrativo	1 a 8 anos
Outros Ativos fixos tangíveis	3 a 8 anos

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.4 Bens do património histórico e cultural

Os “Bens do património histórico e cultural” encontram-se valorizados pelo seu custo histórico. Os bens que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do dador.

O justo valor é aplicável aos bens, que inicialmente foram adquiridos a título oneroso, sejam contabilizados pela primeira vez e seja impossível estabelecer o seu custo histórico devido à perda desses dados. Esta mensuração também efetuada para os bens cujo valor de transação careça de relevância devido ao tempo transcorrido desde a sua aquisição ou devido às circunstâncias que a rodearam.

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta “Variações nos fundos patrimoniais”

As obras realizadas nestes bens só são consideradas como ativos se e somente se gerarem aumento da produtividade, de capacidade ou eficiência do bem ou ainda um acréscimo da sua vida útil. Sempre que estes acréscimos não se verifiquem, estas manutenções e reparações são registadas como gastos do período.

Os bens que são incorporados nas instalações ou elementos com uma vida útil diferente do resto do bem. Estes têm um tratamento contabilístico diferente do bem o qual são incorporados, estando registado numa conta com denominação adequada dentro do ativo. São exemplo destas incorporações: sistema de ar condicionado, iluminação, elevadores, sistemas de segurança, sistemas de anti-incêndio.

Visto não ser passível de se apreciar com o mínimo de segurança a vida útil concreta destes bens, estes não são depreciables. No entanto a entidade tem em conta a capacidade de gerarem benefícios económicos futuros e os meios técnicos necessários para a conservação e manutenção.

As incorporações a estes bens são depreciables, sendo calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de

produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada.

3.2.5 Propriedades de Investimento

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

As “Propriedades de Investimento” são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por Entidade especializada independente. São reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica “Aumentos/reduções de justo valor”, as variações no justo valor das propriedades de investimento.

Só após o início da utilização dos ativos qualificados como propriedades de investimento é que são reconhecidos como tal. Estes são registados pelo seu custo de aquisição ou de produção na rubrica “Propriedades de investimento em desenvolvimento” até à conclusão da construção ou promoção do ativo.

Assim que terminar o referido período de construção ou promoção a diferença entre o custo de construção e o justo valor é contabilizada como “Variação de valor das propriedades de investimento”, que tem reflexo direto na Demonstração dos Resultados.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, Imposto Municipal sobre Imóveis, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto as benfeitorias que se prevê gerarem benefícios económicos futuros acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.6 Investimentos financeiros

Em Investimentos Financeiros constam os Fundos de Compensação de Trabalho, constante do Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, que corresponde a um fundo de capitalização individual, pretendendo garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho. Este fundo aplica-se apenas a contratos iniciados a partir de 1 de outubro de 2013.

No caso de cessação do contrato de trabalho o valor individualizado do respetivo trabalhador é desreconhecido dos investimentos financeiros, aquando do seu reembolso.

A Lei nº 3/2023, de 3 de abril, veio introduzir alterações relativamente aos Fundos de Compensação, suspendendo assim algumas obrigações que a Lei 70/2013 impõe aos empregadores, entre as quais, o término das contribuições para o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) e a suspensão para o Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT).

3.2.7 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão de obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados e não estão directamente relacionados com a capacidade de ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.8 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;



- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Os Ativos e Passivos Financeiros são desreconhecidos da forma que se encontra prevista na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Pequenas Entidades (NCRF-PE)

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.9 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo

3.2.10 Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo englobando benefícios económicos não seja remota. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.11 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Locações

Os contratos de locações (leasing) são classificados como:

- Locações financeiras quando por intermédio deles são transferidos, de forma substancial, todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob o qual o contrato é realizado; ou
- Locações operacionais quando não ocorram as circunstâncias das locações financeiras.

De referir que as locações estão classificadas de acordo com a característica qualitativa da “Substância sobre a forma”, isto é, a substância económica sobre a forma do contrato.

Os Ativos Fixos Tangíveis que se encontram na Entidade por via de contratos de locação financeira são contabilizados pelo método financeiro, sendo o seu reconhecimento e depreciações conforme se encontra referido no ponto 3.2.3. das Políticas Contabilísticas.

Os juros decorrentes deste contrato são reconhecidos como gastos do respetivo período, respeitando sempre o pressuposto subjacente do Regime do Acréscimo. Por sua vez os custos

diretos iniciais são acrescidos ao valor do ativo (por exemplo: custos de negociação e de garantia).

Não havendo certeza razoável que se obtenha a propriedade, no final do prazo de locação, o ativo é depreciado durante o prazo da locação ou a sua vida útil, o que for mais curto.

Tratando-se de uma locação operacional as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos”.

3.2.12 Estado e Outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, inclui as tributações autónomas.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona que: “A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;



c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos Tangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição
Museu

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2023, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2023					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	1 011 753,88					1 011 753,88
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	1 011 753,88					1 011 753,88
Ativos fixos tangíveis em curso	271 898,68					271 898,68
Total	1 283 652,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1 283 652,56

No período de 2024, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2024					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	1 011 753,88					1 011 753,88
Arquivos	0,00					0,00

Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	0,00					0,00
Ativos fixos tangíveis em curso	271 898,68					271 898,68
Total	1 283 652,56	0,00	0,00	0,00	0,00	1 283 652,56

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	188 746,91					188 746,91
Bens Móveis	1 981,53					1 981,53
Edifícios e outras construções	2 688 774,69					2 688 774,69
Equipamento básico	586 367,33					586 367,33
Equipamento de transporte	169 503,33	41 820,00				211 323,33
Equipamento administrativo	42 070,07					42 070,07
Outros Ativos fixos tangíveis	30 919,70					30 919,70
Ativos fixos tangíveis em curso	81 865,21	12 033,58				93 898,79
Total	3 790 228,77	53 853,58	0,00	0,00	0,00	3 844 082,35
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Bens Móveis	1 981,53					1 981,53
Edifícios e outras construções	1 276 633,63	59 153,44				1 335 787,07
Equipamento básico	539 716,48	6 284,53				546 001,01
Equipamento de transporte	146 733,37	8 087,02				154 820,39
Equipamento administrativo	39 291,29	3 389,56				42 680,85
Outros Ativos fixos tangíveis	27 866,48	2 013,33				29 879,81
Total	2 032 222,78	78 927,88	0,00	0,00	0,00	2 111 150,66
Total Líquido						1 732 931,69

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Terrenos e recursos naturais	188 746,91					188 746,91
Bens Móveis	1 981,53					1 981,53
Edifícios e outras construções	2 688 774,69	103 879,41				2 792 654,10
Equipamento básico	586 367,33					586 367,33
Equipamento de transporte	211 323,33					211 323,33
Equipamento administrativo	42 070,07					42 070,07
Outros Ativos fixos tangíveis	30 919,70					30 919,70

Ativos fixos tangíveis em curso	93 898,79	319 760,80		103 879,41		309 780,18
Total	3 844 082,35	423 640,21	0,00	103 879,41	0,00	4 163 843,15
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1 335 787,07	61 254,06				1 397 041,13
Equipamento básico	546 001,01	5 778,01				551 779,02
Equipamento de transporte	154 820,39	18 253,36				173 073,75
Equipamento administrativo	42 680,85	1 131,71				43 812,56
Outros Ativos fixos tangíveis	29 879,81	772,26				30 652,07
Total	2 109 169,13	87 189,40	0,00	0,00	0,00	2 196 358,53
Total Líquido						1 967 484,62

6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e de 2024, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2023					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	4 272,41					4 272,41
Outros Ativos intangíveis	24 477,00					24 477,00
Total	28 749,41	0,00	0,00	0,00	0,00	28 749,41
Depreciações acumuladas						
Programas de Computador	4 272,41					4 272,41
Outros Ativos intangíveis	2 048,20	7 789,22				9 837,42
Total	6 320,61	7 789,22	0,00	0,00	0,00	14 109,83
Total Líquido						14 639,58

Descrição	2024					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Programas de Computador	4 272,41					4 272,41
Outros Ativos intangíveis	24 477,00					24 477,00
Total	28 749,41	0,00	0,00	0,00	0,00	28 749,41
Depreciações acumuladas						

Programas de Computador	4 272,41					4 272,41
Outros Ativos intangíveis	9 837,42	7 789,22				17 626,64
Total	14 109,83	7 789,22	0,00	0,00	0,00	21 899,05
Total Líquido						6 850,36

7 Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2024 a entidade tinha o seguinte bem detido para venda:

Prédio rustico C-98, valorizado por 72,28€

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2024			2023		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	128 225,36	501 751,71	629 977,07	170 000,00	469 755,68	639 755,68
Locações Financeiras	2 770,01	0,00	2 770,01	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	50 000,00	0,00	50 000,00	50 000,00	0,00	50 000,00
Total	180 995,37	501 751,71	682 747,08	220 000,00	469 755,68	639 755,68

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

	2023				2024		
Descrição	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	3 300,60	38 922,66	0,00	3 300,60	71 534,00	0,00	16 385,70
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	9 652,34	362 618,73	-149 030,51	10 840,34	341 276,35	-224 214,36	8 299,56
Total	12 952,94	401 541,39	-149 030,51	14 140,94	412 810,35	-224 214,36	24 685,26
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				251 322,88			178 051,67



10 Rédito

Para os períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2024	2023
Vendas	34 181,98	35 710,71
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores, matrículas e mensalidades	1 245 934,81	1 241 970,22
Quotas e joias	631,00	408,00
Acordos Cooperação Segurança Social (Típicos)	1 709 986,45	1 302 787,65
Eventos	2 229,12	48 613,50
Serviços Secundários	35 276,63	49 490,35
Rendas	2 400,00	0,00
Total	0,00	0,00
Rendimentos suplementares	0,00	140 053,08
Total	3 030 639,99	2 819 034,23

9 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Ativos e Passivos contingentes

A Entidade não tem quaisquer ativos e passivos contingentes que devam ser divulgados.

11 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	Saldo Inicial 2024	Aumentos	Diminuições	Saldo Final 2024
Centro Regional da Segurança Social	619 906,02		23 842,54	596 063,48
Câmara Municipal da Lourinhã	25 937,44		997,60	24 939,84
Câmara Municipal da Lourinhã-Museu	71 991,28		49 740,90	22 250,38
ISS-PROGRAMA Pares 3.0 – Remodelação ERPI	0,00	379 232,60		379 232,60
PRR- MOBILIDADE VERDE - SEG SOCIAL	23 958,32			23 958,32
Total	741 793,06	379 232,60	74 581,04	1 046 444,62

Sintetizando constam dos rendimentos da Instituição os seguintes subsídios:

Descrição	2024	2023
Subsídios ao Investimento:		
Centro Regional da Segurança Social	23 842,54	47 685,08
Câmara Municipal da Lourinhã	997,60	1 995,20
Câmara Municipal da Lourinhã-Museu	49 740,90	8 008,72
PRR- MOBILIDADE VERDE - SEG SOCIAL		1 041,68
TOTAL	74 581,04	58 730,68

f. m.
 J.
 Vânia
 M.

Os Subsídios à exploração imputam-se como rendimentos do exercício.

Subsídio à Exploração:	2024	2023
I.S.S., IP		
POAPMC	1 537,11	233,52
Cantina Social	6 018,75	0,00
Compensação salarial JI	0,00	3 313,32
Subsídio Funeral	0,00	1 872,48
I.E.F.P.	17 303,90	16 094,57
Outros Subsídios à Exploração		
Câmara Municipal da Lourinhã / Freguesia Lourinhã e Reguengo Grande	35 510,50	67 444,64
TOTAL	60 370,26	88 958,53

12 Imposto sobre o Rendimento

Não se verificou imposto sobre o rendimento a pagar.

13 Benefícios dos empregados

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

- Dr. ^a Vanda Cristina Moita Gouveia Oliveira – Provedora; auferir o valor de mensal de 565,00€

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2024 foi de “136” e em 31/12/2023 foi de “135”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2024	2023
Remunerações aos Órgãos Sociais	7 345,00	6 780,00
Remunerações ao pessoal	2 199 430,95	2 033 503,63
Benefícios Pós-Emprego	1 211,62	0,00
Indemnizações	0,00	608,00
Encargos sobre as Remunerações	543 429,30	422 882,56
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	34 101,48	22 664,11
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	8 722,40	5 431,12
Total	2 794 240,75	2 491 869,42

MC
J. @
J
Vânia

14 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade apresenta dívidas à segurança social no valor de 245 231,96€ referente às contribuições dos meses outubro, novembro e dezembro de 2024.

As mesmas encontram-se com plano prestacional.

15 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2024	2023
Investimentos em subsidiárias		
Centuris	250,00	0,00
Investimentos noutras empresas		
Fundo de Compensação	13 125,91	13 125,91
Total	13 375,91	13 125,91

15.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2024 e 2023 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2024	2023
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	10 394,71	108,00
Utentes	33 494,77	31 040,86
Total	43 888,88	31 148,86

15.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a seguinte decomposição:

Descrição	2024	2023
Adiantamentos a Fornecedores	1 485,10	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	109 519,56	80 960,28
Outros Devedores	161 641,46	52 272,00
Total	272 646,12	133 232,28

MC
 Jc
 Vários
 h

15.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Rendimentos a Reconhecer		
Acordos Cooperação	0,00	34 113,56
Total	0,00	34 113,56

15.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2024 e 2023, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2024	2023
Caixa	950,00	680,35
Depósitos à ordem	19 829,51	84 608,19
Total	20 742,62	85 288,54

15.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	91 576,84	0,00	0,00	91 576,84
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	-898 151,17	0,00	-194 840,43	-1 092 991,60
Excedentes de revalorização	566 812,30	0,00	0,00	566 812,30
Outras variações nos fundos patrimoniais	2 204 589,25	379 232,60	-180 280,47	2 403 541,38
Total	1 964 827,22	379 232,60	-375 120,90	1 968 938,92

15.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Fornecedores c/c	332 900,08	307 233,77
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	332 900,08	307 233,77

15.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7 602,44	14 689,12
Total	7 602,44	14 689,12

Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	9,07	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	19 640,63	13 846,86
Segurança Social	245 231,96	137 791,47
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	264 913,03	151 638,33

15.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
	Corrente	Corrente
Pessoal		
Remunerações a pagar	448,60	0,00
Outras operações	942,74	1 169,01
Fornecedores de Investimentos	8 802,00	4 611,00
Credores por acréscimo de gastos	390 040,16	288 127,21
Outros credores	81 857,60	76 286,41
Total	482 091,10	370 193,63

15.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2024 e 2023, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2024	2023
Subsídios do Estado e outros entes públicos	65 222,27	90 666,93
Subsídios de outras entidades	0,00	1 000,00
Doações e heranças	48 265,69	91 722,11
Total	113 487,96	183 389,04

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 11.

15.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, foi a seguinte:

Descrição	2024	2023
Subcontratos	0,00	0,00
Serviços especializados	287 905,83	250 050,01
Materiais	15 525,89	15 727,76
Energia e fluidos	115 940,08	113 783,25
Deslocações, estadas e transportes	4 232,13	2 320,46
Serviços diversos	37 962,56	96 064,64
Total	461 566,49	477 946,12

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "f", "ca", "je", "Vânia", and "hy".

15.15 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Rendimentos Suplementares	0,00	140 053,08
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	12 000,00
Rendimentos em investimentos não financeiros	0,00	12 673,78
Outros rendimentos:		
Correções relativas a períodos anteriores	86 096,17	46 097,30
Subsídios ao Investimento	180 280,47	50 909,08
Restituição de Impostos	14 404,24	17 035,65
Falta de aviso prévio	10 547,52	2 179,35
Outros não especificados	10 000,00	26 219,38
Total	301 328,40	307 167,62

15.16 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2024	2023
Impostos	500,00	1 394,24
Outros Gastos:		
Correções anos anteriores	14 731,76	22 458,26
Donativos	160,00	0,00
Quotizações	844,96	948,25
Outros	0,95	4 700,00
Total	16 237,67	29 500,75

15.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2024 e 2023 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2024	2023
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	48 507,83	26 791,12
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	230,13
Total	48 507,83	27 021,25
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados Financeiros	-48 507,83	-27 021,25

15.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2024 foram aprovadas pela Mesa Administrativa a 28 de março de 2025.

Lourinhã, 28 de março de 2025

O Contabilista Certificado

95994

Vânia Xavier

A Mesa Administrativa

Vanda Oliveira

João

Adriana

Mércia - N.º 1212 Africa

Sandra